ISSN 2447-746X

DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015

Ridphe_R

(cc) BY

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO: ESTRATÉGIAS EM INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Inês El-Jaick Andrade[1]

Maria Luisa Gambôa Carcereri[2]

Patrícia Miguez Lattavo[3]

Éric Alves Gallo[4]

RESUMO

O presente artigo analisa estratégias de interpretação do patrimônio no Brasil, com enfoque em iniciativas desenvolvidas por instituições de ciência e tecnologia na cidade do Rio de Janeiro. A relação entre Educação e Patrimônio Cultural remonta ao início da política patrimonial brasileira, embora a expressão Educação Patrimonial tenha se consolidado no país a partir da década de 1980. Desde então, o conceito vem sendo revisitado e ressignificado à luz de abordagens críticas que compreendem o patrimônio cultural como uma construção social. Nessa perspectiva, as ações educativas devem contribuir para que diferentes grupos sociais se apropriem de seu patrimônio cultural e atuem como protagonistas nos processos de produção, valorização e preservação desse patrimônio. A interpretação do patrimônio constitui um processo comunicativo e educativo voltado à mediação entre os bens culturais e seus públicos, promovendo a compreensão dos significados a eles atribuídos e possibilitando sua ressignificação. Sua eficácia está associada à capacidade de estimular a participação ativa dos públicos, favorecer a construção de sentidos e promover reflexões sobre questões históricas, culturais, sociais e identitárias. A investigação fundamenta-se em metodologia qualitativa, baseada na revisão de literatura e na análise de estudos de caso, com o objetivo de discutir os desafios e as potencialidades de diferentes recursos interpretativos para a construção dialógica da comunicação patrimonial.

Palavras-chave: Valorização do Patrimônio Cultural; Educação Patrimonial; Interpretação do Patrimônio.

EDUCACIÓN PATRIMONIAL E INTERPRETACIÓN DEL PATRIMONIO: ESTRATEGIAS EN INSTITUCIONES DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA

RESUMEN

El presente artículo analiza las estrategias de interpretación del patrimonio en Brasil, centrándose en las iniciativas desarrolladas por instituciones científicas y tecnológicas en la ciudad de Río de Janeiro. La relación entre la educación y el patrimonio cultural se remonta a los inicios de la política patrimonial brasileña, aunque el término Educación Patrimonial no se consolidó en el país hasta la década de 1980. Desde entonces, el concepto ha sido revisado y

[1] Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, Brasil, ines.andrade@fiocruz.br.
[2] Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, Brasil, maria.carcereri@fiocruz.br.
[3] Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, Brasil, patricia.lattavo@fiocruz.br.
[4] Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, Brasil, eric.gallo@fiocruz.br.

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

redefinido a la luz de enfoques críticos que conciben el patrimonio cultural como una construcción social. Desde esta perspectiva, las acciones educativas deben contribuir a que los diferentes grupos sociales se apropien de su patrimonio cultural y actúen como protagonistas en los procesos de producción, valorización y preservación de dicho patrimonio. La interpretación del patrimonio constituye un proceso comunicativo y educativo orientado a la mediación entre los bienes culturales y sus públicos, promoviendo la comprensión de los significados que se les atribuyen y permitiendo su reinterpretación. Su eficacia está asociada a la capacidad de estimular la participación activa de los públicos, favorecer la construcción de significados y promover reflexiones sobre cuestiones históricas, culturales, sociales y de identidad. La investigación se fundamenta en una metodología cualitativa, basada en la revisión bibliográfica y el análisis de estudios de caso, con el objetivo de debatir los retos y las potencialidades de los diferentes recursos interpretativos para la construcción dialógica de la comunicación patrimonial.

Palabras clave: Valorización del patrimonio cultural; Educación patrimonial; Interpretación del patrimonio.

HERITAGE EDUCATION AND HERITAGE INTERPRETATION: STRATEGIES IN SCIENCE AND TECHNOLOGY INSTITUTIONS

ABSTRACT

This article examines heritage interpretation strategies in Brazil, focusing on initiatives developed by science and technology institutions in the city of Rio de Janeiro. The relationship between Education and Cultural Heritage dates back to the early stages of Brazilian heritage policies, although the term Heritage Education became established in the country during the 1980s. Since then, the concept has been revisited and redefined through critical approaches that understand cultural heritage as a social construct. From this perspective, educational actions should contribute to enabling different social groups to appropriate their cultural heritage and to act as protagonists in its production, appreciation, and preservation processes. Heritage interpretation is understood as a communicative and educational process aimed at mediating the relationship between cultural assets and their audiences, fostering the understanding of the meanings attributed to heritage while also enabling the reinterpretation of these values. Its effectiveness is associated with its ability to encourage active public participation, support meaning-making processes, and promote reflection on historical, cultural, social, and identity-related issues. The study is based on a qualitative methodology, combining a literature review and case study analysis, in order to discuss the challenges and potential of different interpretive resources for the dialogical construction of heritage communication.

Keywords: Enhancement of Cultural Heritage; Heritage Education; Heritage Interpretation.

ÉDUCATION AU PATRIMOINE ET INTERPRÉTATION DU PATRIMOINE: STRATÉGIES DANS LES INSTITUTIONS DE SCIENCE ET TECHNOLOGIE

RÉSUMÉ

Le présent article analyse les stratégies d’interprétation du patrimoine au Brésil, en mettant l’accent sur les initiatives mises en œuvre par des institutions de science et technologie situées à Rio de Janeiro. Le lien entre éducation et patrimoine culturel remonte aux débuts de la politique patrimoniale brésilienne, bien que l’expression Éducation au Patrimoine ne se soit

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

imposée dans le pays qu'à partir des années 1980. Depuis lors, ce concept n'a cessé d'être réexaminé et redéfini à la lumière d'approches critiques qui considèrent le patrimoine culturel comme une construction sociale. Dans cette perspective, les actions éducatives doivent contribuer à ce que différents groupes sociaux s'approprient leur patrimoine culturel et jouent un rôle actif dans les processus de production, de valorisation et de préservation de ce patrimoine. L'interprétation du patrimoine constitue un processus communicatif et éducatif visant à assurer la médiation entre les biens culturels et leurs publics, en favorisant la compréhension des significations qui leur sont attribuées et en permettant leur redéfinition. Son efficacité est liée à sa capacité à stimuler la participation active des publics, à favoriser la construction de sens et à susciter des réflexions sur des questions historiques, culturelles, sociales et identitaires. La recherche s'appuie sur une méthodologie qualitative, fondée sur une revue de la littérature et l'analyse d'études de cas, dans le but d'examiner les défis et les potentialités des différentes ressources interprétatives pour la construction dialogique de la communication patrimoniale.

Mots-clés: Valorisation du patrimoine culturel; Éducation au patrimoine; Interprétation du patrimoine.

INTRODUÇÃO

A interseção entre os campos da Educação e do Patrimônio Cultural remonta ao início da política patrimonial nacional, embora a expressão Educação Patrimonial tenha começado a ser adotada no Brasil na década de 1980. Desde então, esse conceito vem sendo revisitado, discutido a partir de reflexões críticas e ressignificado.

Considerado por muitos como um marco da educação patrimonial no Brasil, o "Guia básico de educação patrimonial" (Horta et al., 1999) traz em sua metodologia o ensino centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, a fim de estabelecer junto ao público um processo ativo de apropriação de conhecimentos e valorização de sua herança cultural. Com isso, a intenção é capacitar adultos e crianças para uma melhor utilização destes bens e proporcionar a geração e produção de novos conhecimentos, em um processo contínuo de criação cultural. Nesse contexto, a educação patrimonial é considerada uma ferramenta de "[...] 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido" (Horta et al., 1999, p. 4), que fomenta nos educandos uma apropriação ativa de seu próprio conhecimento e de sua trajetória histórica. Nessa proposta metodológica, a educação patrimonial acontece em quatro etapas, conforme apresentado na tabela abaixo.

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R

TABELA 1 – Etapas da metodologia de educação patrimonial detalhada no "Guia básico de educação patrimonial"

Etapas	**Recursos/ Atividades**	**Objetivos**
1) Observação	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de: manipulação, experimentação, medição, jogos de detetive, entre outros.	Identificar o objeto, sua função e significado; Desenvolver a percepção visual e simbólica.
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, entre outros.	Fixar o conhecimento percebido, aprofundar a observação e análise crítica; Desenvolver a memória, o pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, elaboração de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes primárias e secundárias.	Desenvolver a capacidade de análise e crítica; Interpretar evidências e significados.
4) Apropriação	Releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (artístico, audiovisual, entre outros).	Desenvolver a capacidade de autoexpressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Adaptado de Horta et al. (1999).

Maria de Lourdes Parreiras Horta apresentou essa metodologia durante o 1º Seminário sobre o Uso Educativo de Museus e Monumentos, realizado em Petrópolis, em 1983. A proposta pedagógica foi construída com a equipe do Museu Imperial em que Horta era diretora, após esta participar de um seminário na Inglaterra, no qual se discutia o uso de fontes primárias no ensino de História. Assim, Horta trouxe para o Brasil os conceitos e a metodologia ali desenvolvidos (Demarchi, 2018).

A proposição resultou da convergência de influências da museologia educativa, da pedagogia ativa, da educação patrimonial inglesa (*Heritage Education*) e das discussões sobre patrimônio cultural que ganharam força a partir das décadas de 1970 e 1980. Definido como "um processo permanente e sistemático, centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo" (Horta, et al, 1999, p.6), o termo Educação Patrimonial é introduzido no país em 1980 e tem ampla difusão do Guia Básico de Educação Patrimonial publicado por iniciativa do Museu Imperial em conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1999.

Até 2006 o Guia de Educação Patrimonial permaneceu sendo publicado pelo Iphan. Essa publicação representou um marco paradigmático (Demarchi, 2018) para a fixação do termo e, desde então, a Educação Patrimonial passou a designar as atividades educativas voltadas para

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

a preservação do patrimônio. Contudo, autores contemporâneos[5] reivindicam que as diretrizes políticas da Educação Patrimonial são sistematizadas a partir da criação da Gerência de Educação Patrimonial e Projetos do Iphan em 2004, na publicação "Educação Patrimonial: históricos, conceitos e processos" em 2014 e pela Portaria Iphan nº137, de 28/04/2016 (Tolentino, 2018).

As mais recentes diretrizes e concepções estabelecidas pelo Iphan no que tange às ações de Educação Patrimonial, estão alinhadas a mudanças na política cultural brasileira e a ampliação da concepção patrimonial para abarcar os elementos intangíveis da cultura. A publicação "Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos" (Florêncio et al., 2014), reflete essa renovação da postura institucional em torno dos temas educação e patrimônio, em princípios democráticos, reflexivos, participativos e dialógicos, além de fundamentados na diversidade cultural. Assim, partindo do entendimento de patrimônio cultural como uma construção social, as atividades de educação devem contribuir para que a sociedade se aproprie de seu patrimônio cultural e seja protagonista no seu processo de produção e de preservação. Conforme a definição adotada pela Coordenação de Educação Patrimonial do Iphan e difundida por essa publicação:

> a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (Florêncio *et al.*, 2014, p. 19).

A Portaria/Iphan n° 137, de 28 de abril de 2016 (Iphan, 2016), que estabelece as diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio, institucionaliza o entendimento e as orientações acerca da educação patrimonial contidas na publicação referida acima. Conforme enunciado em seu artigo 1º, a portaria visa "instituir um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial - EP enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do Iphan" (Iphan,

[5] Segundo crítica de Tolentino (2018, p. 46) a abordagem de Horta "pauta-se numa acepção instrutivista de educação, seguindo uma veia colonizadora em relação ao patrimônio cultural, na medida em que o concebe como anterior ao indivíduo e não como resultado de uma apropriação carregada de conflitos, embates, consensos e dissensos entre os sujeitos sociais".

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

2016). A normativa destaca a valorização do território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais (Art.3). Essa menção é importante para estabelecer o processo de interpretação do patrimônio no campo da Educação Patrimonial. Contudo, foi com a Política Nacional do Patrimônio Cultural Material (PPCM), instituída pela Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, que o termo interpretação passou a ser reconhecido como forma de interação com o patrimônio cultural, estando relacionado com a sua preservação (Artigo 6º, § 4º). Esta é a primeira referência direta à interpretação do patrimônio em instrumento de política cultural nacional.

No Brasil, o marco do estudo da interpretação do patrimônio cultural é o livro Interpretação do Patrimônio para o Turismo Sustentado - Um Guia (Murta e Brian, 1995), baseado na dissertação de mestrado de Murta. A autora teve contato com a interpretação do patrimônio na ocasião que fazia o mestrado na Inglaterra com o Prof. Brian Goodey, que era na ocasião presidente da Sociedade de Interpretação do Patrimônio da Grã-Bretanha. Algumas experiências de projetos interpretativos voltados para o turismo cultural são realizadas em destinos turísticos em Minas Gerais (Goodey e Murta, 2002), tais como, as cidades de São João del Rei, em 1999, e Tiradentes, em 2001.

É comum que os termos 'educação patrimonial' e 'interpretação do patrimônio' sejam utilizados como sinônimos ou mesmo considerados conceitos indissociáveis, especialmente quando se referem a instrumentos de valorização do patrimônio cultural. Essa aproximação é compreensível, uma vez que ambas as práticas podem recorrem a estratégias semelhantes (como mídias impressas, painéis informativos, visitas guiadas etc.) desenvolvidas por meio de ações contínuas, que podem ou não estar associadas à educação formal. No entanto, ressalta-se que as atividades são diferentes e correspondem a duas etapas distintas do processo de preservação do patrimônio.

A PPCM esclarece que a Educação Patrimonial possui um caráter transversal, que deve contribuir para a construção participativa dos demais processos de preservação do patrimônio cultural material (Art. 6; § 1º), com o objetivo de estimular o reconhecimento e a valorização das identidades culturais das comunidades. Ela utiliza o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão das referências culturais e estabelece o diálogo entre a sociedade e as instituições responsáveis pela preservação. Dessa forma, busca envolver ativamente a comunidade em todas as etapas do processo, fortalecendo sua participação e pertencimento, a fim de colaborar para a própria preservação do patrimônio cultural.

A Interpretação, identificada junto a ‘Promoção e Difusão’ pela PPCM, corresponde a

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

formas de interação com o patrimônio cultural material. Seu enfoque está em tornar o patrimônio e seus significados acessíveis ao público em geral. Isso é, compartilhar amplamente as informações e os significados dos bens culturais que estão sob responsabilidade do Estado, tornando esses conteúdos acessíveis aos variados públicos. Contudo, discorda-se que a Interpretação do Patrimônio se limita a um papel de difusão. Diversos autores (Tilden, 1954; Morales, 1998; Murta, Albano, 2002) ressaltam o seu papel crucial na mediação do patrimônio, uma vez que o objetivo é envolver e provocar reflexões por meio de uma comunicação interpretativa dos usuários e visitantes de determinado bem patrimonial. Para essa mediação os painéis interpretativos são um dos recursos disponíveis.

De fato, a Interpretação do Patrimônio não pretende desempenhar o mesmo papel de articulação social e institucional que a educação patrimonial, pois parte do princípio de que esses vínculos já foram estabelecidos durante as ações educativas iniciais. Sua pretensão é explorar, provocar e estabelecer conexões das informações relacionadas a um patrimônio cultural. Assim, constrói-se uma narrativa de maneira a aumentar a atenção e o envolvimento dos visitantes, pois "trata-se de comunicar mensagens, emoções e práticas a alguém, realçando a singularidade, os significados e as principais características culturais, ambientais e/ou históricas do sítio, atração ou objeto" (Köhler, 2020, p.45).

RECURSOS INTERPRETATIVOS E SUAS POTENCIALIDADES

Segundo Murta e Goodey (1995), os meios de comunicação utilizados como veículos para expressar uma mensagem podem ser categorizados em três tipos principais. O primeiro corresponde às publicações, que incluem materiais como mapas ilustrados, folders e cartões-postais, entre outros recursos impressos destinados à divulgação e orientação do público. O segundo tipo refere-se às interpretações ao vivo, caracterizadas pelo uso de técnicas interpretativas aplicadas em circuitos e visitas monitoradas, pontos de observação panorâmicos, atividades de história viva ou ambientações de base histórica, além de palestras e demonstrações. Por fim, o terceiro tipo compreende a interpretação com base no design, que envolve o uso de placas e painéis informativos, modelos e reconstruções, audioguias portáteis e diferentes aparatos tecnológicos, todos planejados para facilitar a compreensão e enriquecer a experiência do público. Contudo, a utilização de mais de um meio de comunicação é usual, pois devem ser compreendidos como complementares. No quadro elaborado por Morales (2001) é possível comparar o recurso interpretativo de diferentes naturezas (tabela 1).

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

No processo da comunicação interpretativa, é fundamental reconhecer que os indivíduos tendem a buscar estímulos e situações que acionem suas memórias, atribuindo-lhes significado (Costa, 2009). Nesse sentido, o comunicador, como já mencionado brevemente, pode lançar mão de diferentes estratégias para favorecer essa conexão entre a mensagem e as experiências prévias do público. Entre elas, destacam-se a exemplificação por meio de ilustrações, o uso de analogias e comparações, a construção de metáforas, a ampliação ou o exagero da escala de tempo para gerar impacto, a inserção de anedotas e citações, além do uso de humor e de repetições estratégicas. Esses recursos contribuem para tornar a comunicação mais significativa, facilitando a compreensão e fortalecendo o vínculo entre a mensagem transmitida e o repertório individual de quem a recebe.

Nesse sentido, o artigo apresenta, a seguir, algumas estratégias de interpretação do patrimônio desenvolvidas por duas instituições cuja missão original não contemplava o atendimento e visitação aberta à sociedade em geral. No entanto, ao longo de suas trajetórias, essa atividade foi incorporada às suas atribuições, levando à criação de setores responsáveis pela formulação, pelo planejamento e pela execução de ações voltadas à mediação e ao atendimento de visitantes. Constituem objeto de análise as iniciativas desenvolvidas o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituições de ciência e tecnologia da cidade do Rio de Janeiro.

TABELA 2 – Aspectos positivos e negativos de diversos recursos interpretativos

Recursos interpretativos	**Aspectos positivos**	**Aspectos negativos**
Sinais e marcas	. Fornecerem informação concisa e clara . Fáceis de construir . Baixo custo de manutenção . Ajudam o visitante a orientar-se no terreno	. São estáticas . Pouco detalhadas . Não se adaptam aos diferentes tipos de público . Alvo de vandalismo . Podem causar impacto visual negativo
Meios de comunicação de massa (Rádio, TV, revistas e diários)	. Atingem uma vasta e variada audiência . Estimulam a visita ao local . Ótimos para divulgação de atividades especiais	. Elevados custos de produção . Podem ter custos para visitantes
Meios informativos interativos	. Convidam à participação . Estimulam a atenção do visitante . Permitem combinar texto, imagem e som com criatividade	. Muito cara a programação, a instalação e a manutenção . Rápida desatualização

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

Painéis	. Dispensam supervisão . Interessantes em lugares muito frequentados . Podem ser usadas por vários visitantes . Mensagens em diferentes idiomas . Baixa manutenção . Fáceis de usar . Combinam texto com imagem . Ajudam os visitantes a orientar-se	. O seu uso exagerado pode provocar o desinteresse . Podem causar impacto visual negativo . Sujeitos a atos de vandalismo
Publicações (folhetos, guias e mapas)	. Podem ser transportados pelo visitante . Podem ser lidos quando o visitante quiser . Fornecem informações mais detalhada que os painéis . Ajudam o visitante orientar-se e a organizar a sua visita	. Não implicam um contato direto com as pessoas . Não respondem a dúvidas específicas . Podem converter-se em lixo que se acumula no local . Não se adaptam às modificações do recurso
Audiovisuais não assistidos por pessoal especializado (Filmes, diapositivos, vídeos profissionais etc.)	. Podem fornecer informação de alta qualidade . Podem criar uma atmosfera especial . Permitem facultar informação complementar . Incentivam a visita ao local	. Geralmente muito caros . Requerem consumo de energia . Não respondem a dúvidas específicas . Requerem um controle e manutenção permanente
Exposições (objetos, coleções, fotos etc.)	. Podem apresentar objetos originais . Respeitam o ritmo do visitante . Podem ser itinerantes	. Estáticos . Uso limitado dos sentidos . Não respondem a dúvidas específicas . Geralmente não permitem um contato com os objetos
Simulações (Representações e reconstruções virtuais 2D/3D)	. Respeitam o ritmo do visitante . Custos de manutenção relativamente baixos . Boa resposta para quem não dispõe de tempo para visitar todo o local . Podem estimular a participação ativa do público . Podem conter partes móveis	. Não respondem a dúvidas específicas . Se estiverem localizados no exterior dependem das condições atmosféricas . Necessitam de uma fonte de energia e iluminação especial

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

Percursos autónomos (sem guia)	. Facultam uma visita adaptada ao ritmo de cada visitante . Restringem ou concentram o uso do espaço . Apelam à participação . Ideais para famílias e pequenos grupos	. Não respondem a dúvidas específicas São de uso estritamente pessoal . Não permitem uma interação entre os participantes . Sujeitos a atos de vandalismo . Difíceis de controlar e preservar

Fonte: Adaptado de Pacheco, Brilha, 2014 apud Morales, 2001.

COMUNICAÇÃO INTERPRETATIVA NO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

O Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ), localizado na Zona Sul dessa cidade, é um órgão federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. O IPJBRJ atua como um dos mais importantes centros de pesquisa mundiais nas áreas de botânica e conservação da biodiversidade (IPJBRJ, 2014). Os jardins botânicos configuram-se como museus vivos, cujas funções abrangem a investigação científica, a salvaguarda da biodiversidade vegetal e de monumentos, e o fomento a ações pedagógicas, recreativas e turísticas, segundo as definições do ICOM em agosto de 2007, e do documento da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), sancionada em 1998 (Rocha, 2009).

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro tem sua origem com a criação do Real Horto, em 13 de junho de 1808, por Dom João. O Real Horto foi idealizado como um centro de aclimatação para espécimes de plantas de diferentes continentes. A área em que foi implantado o horto, aos pés do Maciço da Tijuca e nos arredores da Lagoa de Sacopã (atual Lagoa Rodrigo de Freitas), abrigava inicialmente um engenho - o antigo Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa - e, posteriormente, uma fábrica de pólvora.

A abertura ao público geral ocorreu apenas em 1822, por ordem de Dom Pedro I, época em que a instituição foi rebatizada como Real Jardim Botânico. Contudo, as visitas dependiam da autorização do diretor e exigiam o acompanhamento da Guarda Municipal Permanente, responsável pela segurança do parque (IPJBRJ, 2008). Dez anos depois, em 1832, sob o governo de Dom Pedro II, o local estava consolidado como polo de atração para a comunidade intelectual, sendo frequentado por botânicos, naturalistas, artistas e cientistas de diversas nacionalidades. A autorização para livre acesso da população, sem a necessidade de guias ou

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

guardas, passou a vigorar em 1890, o que gerou um crescimento expressivo de público e marcou a adoção do nome definitivo: Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ, 2014).

A trajetória de preservação do Jardim Botânico ganhou força em 1937 com o tombamento pelo Iphan, que reconheceu o local como um centro de vital importância para a pesquisa botânica. Décadas depois, na esteira dos debates globais sobre clima e educação ambiental dos anos 1980, a instituição viu a necessidade de racionalizar e normatizar a visitação. Com isso, em 30 de abril de 1985, foi publicada no Diário Oficial da União a primeira regulamentação de uso público do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

> O Plano de Uso Público trouxe ordenação para a dinâmica relação entre o público e o Jardim. Essa nova política de atendimento ao público consolidou-se com o Programa de Interpretação Ambiental que, em Jardins Botânicos, proporciona ao visitante uma maior interatividade entre Homem e Natureza, porque é fundamental conhecer para preservar e conservar o Meio Ambiente. O Plano de Uso Público focou ações voltadas, primordialmente, para as áreas Conservacionista, de Educação, Turismo e Lazer (Faraco; Souza, 2008, p. 135).

O parque foi definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Reserva da Biosfera, em 1991, e como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em 1999. Começa nesta década o desenvolvimento de um plano para comunicação interpretativa[6]. As primeiras placas de sinalização educativa, pensadas dentro de um conceito moderno de interação com o público e com o ambiente, têm formato de folha (Figura 1), mais precisamente do folíolo da folha de Pau Brasil, árvore símbolo do Brasil. A estrutura de suporte foi inspirada no caule da planta Bastão do Imperador. As placas foram concebidas e desenvolvidas para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92.

Essas placas, em formato orgânico, se fundem com a paisagem, e têm diferentes cores e funções: as azuis são placas de nomenclatura, com os nomes das aleias; as placas verdes são de identificação e sinalização de caminhos; as placas marrons são de interpretação; e as pequenas placas quadradas (Figura 2), posicionadas junto às árvores são de identificação de espécies, e trazem família, nome científico, nome popular, origem e número de registro da árvore. Essa nomenclatura científica torna acessível ao público o saber botânico acumulado pelos pesquisadores, e dá a ele um valioso recurso de pesquisa sobre as aplicações e utilidades,

[6] Anteriormente a comunicação era restrita a placas de aparência mais rústicas, que não atendiam às necessidades de um público amplo e diverso.

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

aspectos ecológicos e distribuição geográfica das espécies. No entanto, a comunicação não se resume somente a aspectos científicos, como explica Luisa Maria Rocha:

> [...] o que a ciência tem a oferecer ao público em relação a esta coleção reside não somente nas práticas e nos conhecimentos científicos, que evidenciam suas relações simbólicas e de sentidos, mas as interações com outros saberes e práticas culturais. transformando assim o laboratório do arboreto, de domínio exclusivo da ciência, em um "lugar" de domínio público que trabalha a articulação das relações culturais estabelecidas pelos sujeitos em um mundo que compartilhamos (Rocha, 2009, p. 113 e 114).

FIGURA 1 – Placas de comunicação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro



Fonte: Autores (2026).

FIGURA 2 – Placas de identificação de espécie botânica no Jardim Botânico do Rio de Janeiro



Fonte: Autores (2026).

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

A sinalização dos 54 hectares do parque passa por constante atualização devido às mudanças na nomenclatura e taxonomia das plantas (IPJBRJ, 2020). Vinculadas a projetos de pesquisa e educação ambiental, essas placas aproximam a ciência do público e apoiam atividades escolares. O recurso visual ajuda os visitantes a compreenderem a importância ecológica das coleções vivas ali preservadas. Isso se aplica também à fauna. São disponibilizas placas que mostram aos visitantes os animais que habitam o Jardim, tornando-o também um local de observação das espécies. A variedade de aves presente no parque é reconhecida e motivo de visita para o público em geral e pesquisadores (Figura 3).

FIGURA 3 – Conjunto de placas de identificação de aves no Jardim Botânico do Rio de Janeiro



Fonte: Autores (2026).

Diante desses exemplos e considerando que as visitas, em sua maioria, são realizadas de forma espontânea, observa-se como o programa de comunicação interpretativa busca fechar um ciclo: as pesquisas e estudos realizados no Instituto por pesquisadores e alunos da pós-graduação, com o estudo e identificação das espécies, são repassados ao público, criando um círculo virtuoso de produção, divulgação e compartilhamento de saberes. E o conhecimento chega ao público justamente por meio das placas e de toda uma série de recursos tecnológicos que hoje são utilizados pelo IPJBRJ.

A partir dos anos 2000, o parque reformulou suas estratégias de comunicação interna e externa para potencializar suas funções educativas e científicas, além de otimizar a experiência

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

do visitante. A atual abordagem interpretativa integra mídias físicas e digitais. Esse avanço tecnológico reflete-se na instalação de placas modernas (Figura 4), com destaque para a Coleção de Plantas Medicinais. O setor reúne cerca de 185 espécies nativas, exóticas e naturalizadas, cultivadas em 34 canteiros ao ar livre. Aliando pesquisa e educação ambiental, o espaço disponibiliza QR Codes que guiam os visitantes por dados botânicos e pelas propriedades terapêuticas de plantas conhecidas do público e usadas no cotidiano (Figura 5).

FIGURA 4 – Novo modelo de placa de informativa no Jardim Botânico do Rio de Janeiro



Fonte: Autores (2026).

FIGURA 5 – Placas da coleção de ervas medicinais com informações histórico-culturais e medicinais sobre o guaraná, de acordo com o canteiro temático onde estão localizadas: Ciência e Cultura ou Sistemas do Corpo Humano



Fonte: Autores (2026).

O novo programa disponibilizou também Trilhas Interpretativas, roteiros estruturados sob perspectivas históricas, culturais e científicas que transformam o parque em uma

ISSN 2447-746X

DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015

Ridphe_R

(cc) BY

experiência de exploração voltada à preservação da Mata Atlântica. Esses trajetos imersivos contam com o suporte de sinalização física, mediação guiada e ferramentas digitais (PDF interativo). O portfólio de trilhas principais inclui a das *Árvores Gigantes* (Figura 6), *Mata Atlântica* (biodiversidade e conservação), *Indígena* (etnobotânica e saberes ancestrais), *Caminho das Águas* (sistema hídrico estrutural) e *Patrimônio*. Esta última aborda as evoluções científica e arquitetônica do espaço desde o período colonial, exemplificadas pelo sítio arqueológico Museu Casa dos Pilões (Figura 7) e pela antiga Real Fábrica de Pólvora, hoje Centro de Visitantes.

FIGURA 6 – Placa informativa da Trilha das Árvores Gigantes no IPJBRJ. A parte superior da placa mimetiza a paisagem de fundo



Fonte: Autores (2026).

FIGURA 7 – Placa informativa da Trilha do Patrimônio no IPJBRJ, com o Museu Casa dos Pilões ao fundo



Fonte: Autores (2026).

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

Instalado em uma das construções mais antigas da Zona Sul do Rio de Janeiro, datada de 1576, o Centro de Visitantes atua como o núcleo de atendimento e orientação do parque, com a função essencial de oferecer suporte ao público e evidenciar a relevância dos recursos culturais e ecológicos do arboreto (Figuras 8, 9 e 10). O centro disponibiliza informações gerais para otimizar a experiência de visitação e fortalecer o vínculo com a comunidade (IPJBRJ, 2008, p. 174). O espaço também oferece exposições de longa duração, interativas, que mostram os bastidores das pesquisas científicas no instituto; além de exposições artísticas e científicas temporárias.

FIGURA 8 – Centro de visitantes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro



Fonte: Autores (2026).

FIGURA 9 – Interior do Centro de visitantes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.



Fonte: Autores (2026).

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R

FIGURA 10 – Interior do Centro de visitantes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro



Fonte: Autores (2026).

As diferentes camadas de informação oferecidas pelo programa de comunicação interpretativa do parque abarcam um público amplo, de pesquisadores da área a estudantes e turistas, sem comprometer a qualidade das informações e despertando interesse em grupos diversificados. Seja por meio das placas espalhadas pelo arboreto, ou pelas ferramentas digitais oferecidas, o programa consegue atender às demandas educacionais, recreativas e turísticas de todo tipo de visitante. Os recursos vão de ferramentas como o Projeto Flora Brasil 2020, que catalogou e reuniu 46.975 espécies de plantas no mais completo banco de dados da vegetação nativa do país, a aplicativos voltados para o público leigo, como o "Jardim Digital", focado na identificação colaborativa da biodiversidade no arboreto. Ao tirar fotos das plantas com o aplicativo, o visitante recebe sugestões de identificação botânica e contribui com a pesquisa. O "Jardim Virtual", aplicativo de turismo virtual e presencial do IPJBRJ, oferece uma enciclopédia interativa georreferenciada (com história, arte e monumentos), rotas guiadas e visualização 360°. E o "Nosso Jardim" é um terceiro aplicativo, com jogos e desafios de memória focados na diversidade da flora e voltado para crianças e estudantes.

Com relação aos recursos de acessibilidade, o IPJBRJ também oferece algumas opções, como o "Jardim Sensorial", dedicado a estímulos sensoriais e que tem cerca de 70 espécies aromáticas e de texturas variadas, permitindo a vivência autônoma e o estímulo através do tato e do olfato. O parque possui também maquetes e mapas táteis, que possibilitam a exploração espacial e arquitetônica para pessoas com deficiência. Além disso, são oferecidas visitas orientadas com materiais sonoros, objetos de exploração tátil, tradução em Libras e placas em Braile (Figuras 11 e 12).

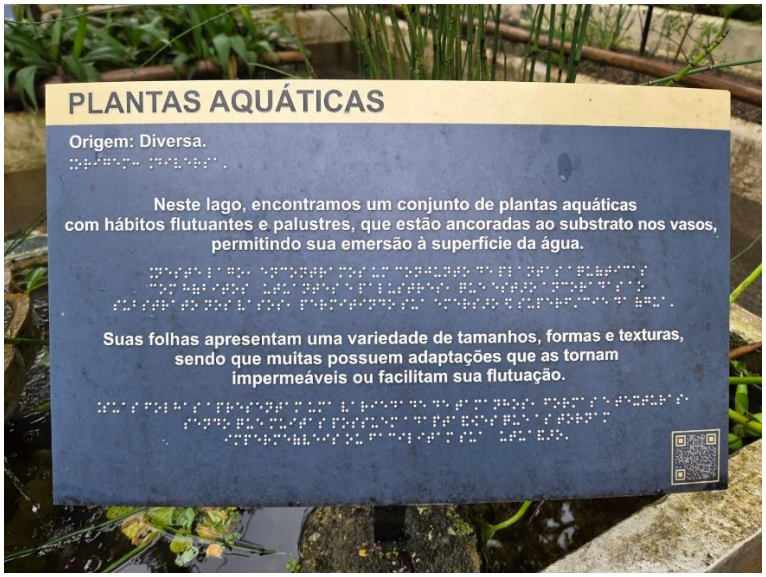
ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

FIGURA 11 – Canteiro no Jardim Sensorial do IPJBRJ com placa em Braile



Fonte: Autores (2026).

FIGURA 12 – Placa em Braile em canteiro no Jardim Sensorial do IPJBRJ



Fonte: Autores (2026).

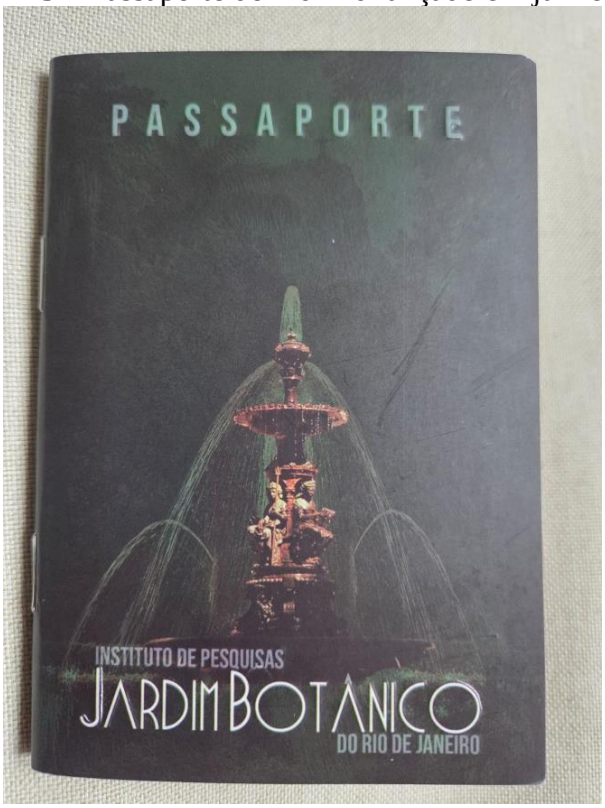
A forte inserção do parque na comunidade é reflexo direto de suas ações educativas e culturais. Nesse cenário, a instituição conta com o apoio da Associação de Amigos do Jardim Botânico (AAJB), uma entidade civil sem fins lucrativos criada em 1986. A associação atua na preservação, modernização e divulgação do patrimônio científico, histórico, paisagístico e cultural do espaço. Além de promover cursos e eventos integrados à comunidade, o grupo gerencia os estudantes de turismo que realizam o serviço de visitação guiada (IPJBRJ, 2008).

Para uma permanência eficaz dos programas de interpretação, é necessário que os conteúdos estejam sempre atualizados e que ações de divulgação e engajamento sejam

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
(cc) BY

continuamente desenvolvidas. Neste ano, em ocasião do 218º aniversário do parque, o IPJBRJ lançou o Passaporte do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Figuras 13 e 14), que pode ser adquirido na loja localizada no Centro de Visitantes. Com o passaporte em mãos, o público percorre roteiros temáticos que levam a pontos de visita previamente mapeados. A cada ponto visitado, o passaporte é carimbado, e ao completar o percurso escolhido com todos os carimbos coletados, o visitante tem acesso a brindes que incluem, entre outros produtos, broches colecionáveis de símbolos icônicos do parque, como a vitória-régia, o pau-brasil e as palmeiras imperiais. A iniciativa, lúdica e educativa, transforma a visita em uma expedição interativa pela biodiversidade, valorizando o programa de comunicação interpretativa já disponibilizado, e oferecendo mais possibilidades e novas camadas de abordagem dos conteúdos. O Passaporte torna-se assim um meio de potencializar a visitação a partir de uma ferramenta simples utilizada para enriquecer o programa implementado.

FIGURA 13 – Passaporte do IPJBRJ lançado em junho de 2026



Fonte: Autores (2026).

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
(cc) BY

FIGURA 14 – Parte interna do passaporte o IPJBRJ lançado em junho de 2026



Fonte: Autores (2026).

VALORIZAÇÃO DE BENS CIENTÍFICOS E CULTURAIS: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA FIOCRUZ

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição criada em 1900, constituindo-se como uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Saúde. É considerada uma das mais destacadas instituições de Ciência e Tecnologia em Saúde da América Latina. Tem como missão produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira e tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.

Localizado no bairro de Manguinhos, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, o *campus* Fiocruz Manguinhos-Maré possui diferentes tipologias de acervos reconhecidos por seus atributos históricos, culturais, artísticos e/ou científicos, por órgãos de preservação em diferentes níveis. Com o objetivo de garantir a preservação dos acervos arquitetônico, urbanístico, arqueológico, arquivístico, bibliográfico e museológico, constituídos historicamente pela instituição, foi criada em 1985 a Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica da Fiocruz que tem como parte de sua missão a preservação do patrimônio cultural da saúde e a valorização da memória institucional.

Nesse período de criação da unidade, a Fiocruz estava sob a gestão do médico sanitarista

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

Sérgio Arouca (1985 – 1989). Sua gestão foi marcada por uma mudança no posicionamento institucional, com uma abertura da instituição para a sociedade. Ele acreditava que os cientistas deviam participar da vida social e divulgar para os meios de comunicação suas atividades, fazendo com que a população tivesse acesso às informações científicas. Em decorrência disso, novos perfis de profissionais foram incorporados ao quadro, tais como museólogos, jornalistas, historiadores e arquitetos restauradores (Andrade et al, 2021).

No que diz respeito às ações no campo da conservação de bens culturais, a COC conta em sua estrutura organizacional com o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), que é responsável pelas atividades de pesquisa, conservação, restauração, educação patrimonial e valorização do acervo arquitetônico histórico da Fiocruz. O departamento tem atuado, desde sua institucionalização, com iniciativas de sensibilização e capacitação dos diferentes públicos para a valorização do patrimônio cultural (Andrade et al, 2021; Costa, Andrade, 2019), contudo, foi a partir de 2026, com a estruturação de uma área específica dentro do departamento,o Serviço de Educação Patrimonial[7], que as iniciativas se ampliaram e se diversificaram.

Assim, o DPH/COC tem construído nos últimos 13 anos um programa de Educação Patrimonial para o *campus* Manguinhos que utiliza recursos interpretativos voltados para a valorização dos acervos culturais da Fiocruz e de ações de educação patrimonial. As ações incluem recursos já consagrados como o uso de vídeos, cartilhas, guias de visitação, folders e visitas guiadas mediadas pela equipe. Contudo, novos suportes e espaços, até então não experienciados, são ressignificados para a promoção de processos educativos que vêm sendo desenvolvidos, tais como: o uso de tapumes das obras para a comunicação; visitas guiadas em canteiros de obras de restauração; e um projeto de painéis interpretativos aplicados às edificações de interesse histórico e seu entorno imediato.

Os tapumes em obras se configuram como barreiras físicas para isolamento das áreas relacionadas às intervenções, buscando garantir a segurança pública, limitação de acesso para pessoas não autorizadas, retenção de poeiras e proteção contra invasões e furtos. Comumente são adotados materiais monocromáticos (chapas de compensado naval ou metálicas) para tal isolamento, gerando espaços urbanos hostis e pouco convidativos. Na contramão desta prática, a iniciativa dos “Tapumes Ilustrados” acaba por convertê-los em painéis artísticos e informativos, integrados à obra e em locais que possibilitam boa visualização dos transeuntes

[7] Em 2006 é criado o Núcleo de Educação Patrimonial, e em 2016 a estrutura de núcleo é alterada para serviço, recebendo a nova denominação e ampliação do escopo de atuação em educação patrimonial para abarcar os acervos sob a responsabilidade da COC: arquitetônico, urbanístico, arqueológico, arquivístico, bibliográfico e museológico.

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

(Figura 15). Assim, transformam a barreira física obrigatória em um atrativo visual, apresentando informações e imagens que ilustram aspectos históricos, arquitetônicos e técnicos das edificações, tal como principais diretrizes do projeto e procedimentos a serem realizados na intervenção.

FIGURA 15 – Arte gráfica utilizada em tapume ilustrado de obra de restauração.



Fonte: DPH/COC/Fiocruz (2025).

A ação alcança o público que circula pelas imediações da obra e também é utilizada como introdução para a ação “Canteiro Aberto”. Assim, busca-se atingir públicos com perfis diversificados, desde aqueles com interesse nos procedimentos técnicos da intervenção quanto os interessados na história das ciências e da saúde, junto à comunidade Fiocruz e à sociedade em geral.

A ação denominada de “Canteiros abertos” se constituiu em mais uma opção de visitação guiada para que a comunidade Fiocruz, a sociedade em geral e profissionais do campo da preservação possam vivenciar o edifício durante o processo de intervenção. Além da história detalhada do prédio, o visitante pode conhecer as técnicas de restauração e conservação praticadas na intervenção, o que contribui para ampliar a conscientização sobre a importância da obra e da preservação do patrimônio cultural da Fiocruz. As visitas são guiadas pelos arquitetos do DPH/COC, autores do projeto e fiscais da obra de restauração, além de profissionais das equipes responsáveis pela intervenção. Em cada etapa da obra é possível ao visitante conhecer práticas e ofícios variados, uma vez que os serviços realizados vão se alterando conforme o andamento da intervenção.

O programa é divulgado tanto interna quanto externamente à instituição, em especial junto a cursos de técnicos e de graduação das áreas afins; instituições de pesquisa e preservação do patrimônio cultural. As visitas devem ser pré-agendadas pelos interessados e realizadas para grupos de até 20 pessoas. Para possibilitar avaliações internas e a colaborar para o aprimoramento das ações, é desejável que, após a visita, os participantes preencham um

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

questionário de avaliação. A periodicidade das visitas é definida a partir da demanda do público interessado e do cronograma dos serviços da obra. Durante as visitas à obra de restauração, os tapumes ilustrados (acima referidos) são utilizados como exposição introdutória da mediação, para iniciar a apresentação da história da edificação e ilustrar suas características arquitetônicas, assim como apresentar o escopo da intervenção (Figura 16).

FIGURA 16 – Atividade de mediação em Canteiro Aberto durante obra de restauração



Fonte: Autores (2025).

No histórico das ações de Canteiro Aberto, vêm sendo empreendidos esforços contínuos para ampliar a acessibilidade e a inclusão dos diferentes públicos nos processos de preservação do patrimônio cultural. A experiência realizada durante as últimas restaurações de edificações de interesse histórico, que incluíram visitas mediadas voltadas a pessoas com deficiência visual e recursos de acessibilidade comunicacional, representou um marco nesse percurso. A partir dos aprendizados obtidos, pretende-se incorporar e aperfeiçoar estratégias de acessibilidade em futuras ações de Canteiro Aberto, de modo a garantir que a participação social e o acesso ao conhecimento sobre conservação e restauração sejam cada vez mais amplos, democráticos e compatíveis com a diversidade dos públicos atendidos pela instituição.

A aplicação de painéis interpretativos pode também ilustrar contextos de edificações de interesse histórico, contribuindo para ativar camadas de significado a espaços que podem não ter mais a sua função original marcada. Iniciativas dessa natureza vêm sendo desenvolvidas no *campus* de Manguinhos ao longo das últimas décadas. Placas informativas implantadas em frente aos edifícios de interesse histórico já tinham sido produzidas em meados de 2005 pelo DPH, contudo, a iniciativa estava voltada exclusivamente a trazer informações gerais sobre a

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

arquitetura.

E em 2021 com a implantação de “placas de ponto de memória”, vinculado a exposição virtual “Manguinhos de Muitas Memórias: histórias dos trabalhadores técnicos da Fiocruz ”, idealizada pelo Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz, o potencial integrador desse tipo de placas foi experienciado no *campus*. Esse projeto, coordenado pela historiadora Renata Reis, selecionou seis pontos de memória no *campus* com o objetivo de “integrar passado e presente, revelando outras histórias que compõem a memória da Fiocruz, da Ciência e da Saúde Pública no Brasil” (FIOCRUZ, 2021). Um conjunto de placas foi confeccionado e instalado em espaços livres do *campus*, contendo textos interpretativos que relacionam o determinado local com a história dos personagens da exposição (trabalhadores) e com um QR Code que, quando acionado com a câmera do celular, transporta o visitante para o site da exposição virtual (https://www.expomemorias.epsjv.fiocruz.br/#menu). Nesse momento, então, os expositores falavam de pessoas que foram importantes para a história da instituição.

Paralelamente a essa iniciativa, a COC inicia o Projeto Painéis Interpretativos voltado para a valorização, preservação e difusão do patrimônio cultural das ciências e da saúde, por meio da instalação de sinalizações interpretativas em edifícios de interesse histórico. O projeto, em andamento, busca contribuir para a interpretação ambiental e patrimonial desses espaços, aproximando trabalhadores, visitantes e comunidades de suas histórias e significados. Os painéis foram concebidos como estratégias de mediação cultural, capazes de apresentar, de forma acessível e envolvente, os processos históricos, os usos e os acontecimentos marcantes relacionados a cada edificação.

Considerando as experiências anteriores no desenvolvimento de conteúdo interpretativo, nesse projeto buscou-se conjugar, em um mesmo suporte, informações sobre arquitetura, pessoas e acervos móveis relacionados aos edifícios. Dessa forma, a iniciativa convida à reflexão, fortalece a identidade institucional da Fiocruz e incentiva a apropriação social do patrimônio.

Um exemplo que ilustra essa ação em desenvolvimento é o projeto das placas que serão instaladas no interior do Pavilhão Figueiredo Vasconcellos. O Pavilhão da Química ou Pavilhão do Quinino, como é mais conhecido, foi construído em 1919 pelo arquiteto Luiz Moraes Jr. para abrigar o Pavilhão de Medicamentos Oficiais. O edifício recebeu mais dois andares em 1943, com projeto de autoria de Nabor Foster, da Divisão de Obras, do Ministério da Educação e Saúde, supervisionado pelo próprio Luiz Moraes Jr. O prédio de interesse histórico abrigou

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

os laboratórios de produção de quinina (um medicamento antimalárico) no início do século XX, dando nome ao edifício. Ao longo dos anos, seus ocupantes e funções mudaram. O projeto intitulado "Painéis Interpretativos" elaborou um conjunto de placas que estão associadas a aspectos estéticos do prédio, a acervos móveis e ele relacionados, histórias de seus ocupantes – desde o pessoal técnico à cientistas - e a curiosidades relacionadas às funções (Figura 17).

FIGURA 17 – Aplicação do painel, correlacionando o conteúdo ao espaço que abriga a placa



Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ (2025).

CONSIDERAÇÕES

> A interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; do outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística (Murta; Goodey, 2002, p. 13).

Como vimos, a interpretação do patrimônio é um recurso educacional e integra ações de educação patrimonial que buscam adotar estratégias de maior aproximação com a sociedade. Os processos de interpretação, promoção e difusão correspondem a formas de interação com o patrimônio cultural e estão relacionados com a sua preservação (Portaria IPHAN n.375/2018). Esses processos se articulam com a Educação Patrimonial, uma vez em que constam da valorização do território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais (Portaria IPHAN n.137/2016).

No âmbito das atividades de visitação à monumentos e lugares, é importante que o

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

espírito da comunicação interpretativa - de tornar as experiências significativas - não seja abandonado em prol de um cartão de visitas sem contradições e desigualdades. Para tanto, a estratégia educativa deve estar articulada ao desenvolvimento do setor turístico, compreendendo o patrimônio cultural como um elemento fundamental para a valorização da identidade local e para a promoção de experiências significativas aos visitantes e à comunidade.

A interpretação do patrimônio cultural precisa ser entendida por todos os atores sociais – público, técnicos e gestores – como um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização cultural. Mais do que comunicar informações sobre os bens culturais – sejam esses materiais ou imateriais -, deve-se buscar traduzir os seus significados de forma acessível e envolvente. Logo, a participação e o envolvimento da comunidade constituem elementos centrais da interpretação.

Os exemplos demonstram que se a comunicação interpretativa tiver como fundamento a apresentação e a explicação de informações sobre o bem patrimonial de maneira que façam sentido para o público, então a educação patrimonial estará efetivamente acontecendo (Costa, 2009, p.101). Ao discutirmos estratégias de difusão de acervos culturais, a interpretação do patrimônio emerge como uma ferramenta que possibilita o estabelecimento de associações que poderiam passar despercebidas. Contudo, são essas associações que têm a potência para conectar intelectual e emocionalmente o visitante ao sítio visitado e aos acervos do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Inês El-Jaick; NOGUEIRA, Sônia Aparecida; ZOUAIN, Rosana Soares. Preservação do patrimônio arquitetônico histórico na missão institucional da Fundação Oswaldo Cruz. **Revista de Arquitectura**, v. 26, n. 40, p.60-68, 2021.

BARBOSA, Mariane. Cais do Valongo recebe sinalização para valorizar legado e memória do povo negro. **Alma Preta**. Cotidiano. 1 de dez. de 2023. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/cais-do-valongo-recebe-sinalizacao-para-valorizar-legado-e-memoria-do-povo-negro/. Acesso em: 28 de mai. 2026.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Ed. SENAC SP: Edições SESC SP, 2009.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Carta de Ename para Interpretación y Presentación de Sitios de Patrimonio Cultural** . 16ª Assembleia Geral do Icomos, Québec (Canadá), 4 de outubro de 2008. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ge-iic.com/wp-content/uploads/2006/07/Carta_de_Ename.pdf.Acesso em: 23 de mai. 2026.

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

COSTA, Renato Gama-Rosa.; ANDRADE, Inês El-Jaick. Um olhar sobre as ações de preservação no Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos. **Revista Restauro** , v. 1, p. 22-29, 2019.

DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **CPC**, v.13, n.25, p.140–162, jan./set. 2018. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpc/pt_BR/article/view/144337. Acesso em: 23 de mai. 2026.

FARACO, Márcia Lobianco; SOUZA, Olga Camisão de. O jardim e o uso público: interpretando o ambiente. In: INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro**: 1808-2008. Rio de Janeiro: IPJBRJ, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/jbrj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/200anos.pdf. Acesso em: 25 jun. 2026.

FLORÊNCIO, Sônia R.; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Exposição Manguinhos de Muitas Memórias**. 2021 Disponível em: https://www.expomemorias.epsjv.fiocruz.br/#menu. Acesso em: 21 jun. 2026.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBER, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, seção 1, n. 81, p. 6, 29 abr. 2016. Disponível em: https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/1322. Acesso em: 25 de jun. 2026.

IPJBRJ. **História** - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: https://www.gov.br/ /pt-br/assuntos/299. Acesso em: 21 de jun. 2026.

IPJBRJ. **Relatório de Gestão 2020** – Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPJBRJ, 2020. Disponível em https://www.gov.br/jbrj/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/rg2020v1-0.pdf. Acesso em: 25 jun 2026.

KÖHLER, André Fontan. Interpretação do Patrimônio para o Turismo Cultural: Diretrizes básicas, meios e técnicas. **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v. 13, n. 1, p. 43-64, janeiro-abril de 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5380/ts.v13i1.69105. Acesso em: 23 de jun. 2026.

MORALES MIRANDA, Jorge. (1998). La interpretación del patrimonio natural y cultural: todo un camino por recorrer. **Revista PH**, 150. Disponível em: https://doi.org/10.33349/1998.25.732. Acesso em: 08 de mai de 2025.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. **Interpretação do Patrimônio para o Turismo Sustentado** - Um Guia. Belo Horizonte: Sebrae/ MG, 1995.

ISSN 2447-746X
DOI: https://doi.org/10.20888/ridphe_r.v12.22015
Ridphe_R
(cc) BY

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG/Terra Brasilis, 2002.

PACHECO, João Pedro; BRILHA, José. Importância da interpretação na divulgação do património geológico: uma revisão. **Comunicações Geológicas**, v. 1, p. 101-107, 2014. Disponível em: https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/35b1b81c-9091-4761-b90d-7cafa5275ceb. Acesso em: 23 de jun. 2026.

PEDERSEN, Arthur. **Gestão do turismo em Sítios do Patrimônio Mundial**: manual prático para gestores de Sítios do Patrimônio Mundial. Brasília, D.F: Unesco; Iphan, 2019. Disponível em: https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/a2bc311c-626b-46d8-a565-667eff445f64. Acesso em: 23 de jun.2026.

PONTE, António. O papel dos centros interpretativos na comunicação do patrimônio. **Revista do Patrimônio**, nº 39/2019, p.159-180.

ROCHA, Luisa Maria Gomes de Mattos. A musealidade do arboreto. **Musas**: Revista Brasileira de Museus e Museologia, Rio de Janeiro, n. 4, 2009. Disponível em: https://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2020/05/musas4-compressed.pdf. Acesso em: 24 de jun 2026.

TILDEN, Freeman. **Interpreting our Heritage**. Chapter Hill: University of North Carolina, 1977. Disponível em: https://www.academia.edu/35320187/TILDEN._F._Interpreting_Our_Heritage_Chapel_Hill_Books_.pdf. Acesso em: 08 de mai de 2025.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: Perspectivas e Entra- ves nas Práticas de Patrimonialização Federal. **Sillogés** – v.1, n.1, jan./jul. 2018, p. 41-60. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15091?locale=pt_BR. Acesso em: 23 de jun. 2026.

UNESCO. **Gestão do Patrimônio Mundial cultural**. Brasília: UNESCO Brasil, Iphan, 2016. 163 p., il. – (Manual de referência do patrimônio mundial). Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244283. Acesso em: 23 de jun. 2026.

Recebido em: 29 de junho de 2026.
Aceito em: 12 de setembro de 2026.